



# DE 29 FEVEREIRO A 04 MARÇO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## CONSUMIDORES

DGPJ - [Resolução de litígios em linha: Nova plataforma para consumidores e comerciantes](#)

Desde 15 de fevereiro que pode contar com a plataforma «Resolução de litígios em linha» que pretende ajudar os consumidores que não ficaram satisfeitos com a aquisição de um bem ou de um serviço em linha. Para o efeito, os litígios são transmitidos aos organismos nacionais de resolução alternativa de litígios, que estão ligados à plataforma e que foram selecionados pelos Estados-Membros em função de critérios qualitativos antes de serem notificados à Comissão Europeia.

## DADOS PESSOAIS

CNPD - [Parecer n.º 6/2016, de 01.03.2016](#)

Regime de acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização

## DIREITO PÚBLICO

[Despacho n.º 3290/2016 - Diário da República n.º 44/2016, Série II de 2016-03-03](#)

Planeamento e das Infraestruturas - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Determina a criação da Comissão de Revisão do Código dos Contratos Públicos

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## ENERGIA

[Despacho n.º 3156/2016 - Diário da República n.º 42/2016, Série II de 2016-03-01](#)

Economia - Direção-Geral de Energia e Geologia

Substituição do programa de cálculo de determinação da energia produzida pelos sistemas solares térmicos e dos sistemas solares fotovoltaicos, no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, assim como a substituição da entidade responsável do programa

## FAMÍLIA E MENORES

[Lei n.º 2/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29](#)

Assembleia da República

Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 7/2001](#), de 11 de maio, à primeira alteração à [Lei n.º 9/2010](#), de 31 de maio, à vigésima terceira alteração ao Código do Registo Civil, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 131/95](#), de 6 de junho, e à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 121/2010](#), de 27 de outubro

DGPJ - [Aprovação da estratégia do Conselho da Europa sobre os direitos das crianças](#)

O Comité de Ministros aprovou dia 2 de março a estratégia sobre os direitos das crianças para os próximos 6 anos.

## FATURA DA SORTE

[Decreto-Lei n.º 8/2016 - Diário da República n.º 45/2016, Série I de 2016-03-04](#)

Finanças

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 26-A/2014](#), de 17 de fevereiro, que criou o sorteio «Fatura da Sorte», passando os prémios atribuídos a serem constituídos por títulos de dívida destinados à poupança

## FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Newsletter S€PA.PT](#)

[Nota de Informação Estatística 24|2016: Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - janeiro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística 25|2016: Dívida pública - janeiro de 2016](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o novo Sistema Interno de Avaliação de Crédito \(SIAC\)](#)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – Fevereiro de 2016](#)

[CNSF: Relatório sobre Riscos de Conduta associados a mis-selling de produtos de aforro e investimento](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões – 2016](#)

A sexta edição da publicação Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, da ASF, pretende identificar e avaliar, de forma crítica e prospetiva, os principais riscos e desafios que o setor enfrenta, sob a perspetiva macroprudencial, tendo presente os atuais contextos macroeconómico e geopolítico.

 **FISCAL**

[Lei n.º 5/2016 – Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29](#)

Assembleia da República

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de novembro, transpondo a Diretiva [2015/121/UE](#), do Conselho, de 27 de janeiro de 2015

[Acórdão n.º 545/2015 - Diário da República n.º 41/2016, Série II de 2016-02-29](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no n.º 6 do artigo 86.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2005, de 8 de setembro

CNPD - [Parecer n.º 5, de 23.02.2016](#)

Parecer relativo ao Orçamento de Estado 2016

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-Circulado n.º 20186/2016, de 29/02 - IRC - Taxas de Derrama lançadas para cobrança em 2016 - Período de 2015.](#)

[Ofício-circulado n.º 20183/2016, de 03/03 - Regime de prova da união de facto, decorrente da reforma do IRS, aprovada pela Lei n.º 82-E/2014, de 31/12.](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## JUSTIÇA

[Plano Justiça + Próxima](#)

A Ministra da Justiça lançou dia 1 de março o [Plano de Ação Justiça + Próxima](#), para a transformação da Justiça potenciada pelo digital.

Composto por mais de 120 medidas e alinhado com os programas de modernização administrativa nacionais, como o Simplex, este plano visa o desenvolvimento sustentado e continuado de uma Justiça mais ágil, transparente e próxima dos cidadãos.

## ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS

[Acórdão n.º 41/2016 - Diário da República n.º 42/2016, Série II de 2016-03-01](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma dos artigos 22.º, n.º 1, 23.º e 80.º, n.º 1, todos da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, na redação introduzida pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, interpretados no sentido de que «apenas porque, na fase de inquérito, é cometida ao Tribunal Central de Instrução Criminal a competência para a prática dos atinentes atos jurisdicionais, deve essa competência estender-se à fase de instrução, mesmo que não verificados quaisquer dos pressupostos, cumulativos, aliás, ali mencionados - isto é, mesmo que no processo não haja sido deduzida acusação por qualquer dos crimes do catálogo do n.º 1 do artigo 47.º da Lei Orgânica do Ministério Público, nem se verifique qualquer dispersão territorial da atividade criminosa»

## PENAL

[Acórdão n.º 684/2015 - Diário da República n.º 42/2016, Série II de 2016-03-01](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 97.º, n.º 5, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual a fundamentação da decisão relativa aos prazos máximos de prisão preventiva pode ser feita por remissão para a promoção do Ministério Público, desde que revele o exercício de uma ponderação própria pelo juiz; não julga inconstitucional a norma constante do artigo 97.º, n.º 5, do Código de Processo Penal, na interpretação segundo a qual a fundamentação da decisão quanto à excecional complexidade do processo pode ser feita por remissão para a promoção do Ministério Público, desde que revele o exercício de uma ponderação própria pelo juiz; e não conhece do recurso quanto às demais questões de inconstitucionalidade.

## SAÚDE / LIFE SCIENCES

[Lei n.º 3/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29](#)

Assembleia da República

Revogação das Leis n.ºs [134/2015](#), de 7 de setembro, relativa ao pagamento de taxas moderadoras na interrupção voluntária da gravidez, e [136/2015](#), de 7 de setembro (primeira alteração à [Lei n.º 16/2007](#), de 17 de abril, sobre a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Lei n.º 4/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série I de 2016-02-29](#)

Assembleia da República

Plano Nacional de Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores

[Portaria n.º 35/2016 - Diário da República n.º 42/2016, Série I de 2016-03-01](#)

Saúde

Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço máximo dos reagentes (tiras-teste) para determinação de glicemia, cetonemia e cetonúria e das agulhas, seringas, lancetas e de outros dispositivos médicos para a finalidade de automonitorização de pessoas com diabetes, a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e revoga a [Portaria n.º 222/2014](#), de 4 de novembro

[Portaria n.º 37/2016 - Diário da República n.º 45/2016, Série I de 2016-03-04](#)

Saúde

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde

 **TMT**

ANACOM

[BEREC publica 16.º relatório sobre roaming internacional](#)

Relatório apresenta dados recolhidos entre abril e setembro de 2015.  
04.03.2016

 **TRANSPORTES**

[Acórdão n.º 634/2015 - Diário da República n.º 42/2016, Série II de 2016-03-01](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 144.º do Orçamento de Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que veda a utilização gratuita dos transportes públicos rodoviários, fluviais e ferroviários

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/M - Diário da República n.º 44/2016, Série I de 2016-03-03](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/M](#), de 13 de janeiro, que cria a Concessionária de Estradas VIAEXPRESSO da Madeira, S. A., adjudicando-lhe a concessão de serviço público de diversos troços de estradas regionais sem cobrança aos utilizadores, e aprova as respetivas bases da concessão

[Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/M - Diário da República n.º 44/2016, Série I de 2016-03-03](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 21-A/99/M](#), de 24 de agosto, que cria a VIALITORAL, Concessões Rodoviárias da Madeira, S. A., autoriza a adjudicação da concessão da exploração e manutenção, em regime de serviço público, de exclusividade e de portagem sem cobrança aos utilizadores do troço rodoviário da ER 101 compreendido entre a Ribeira Brava e Machico, e aprova as respetivas bases de concessão

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Energia

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a [«Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Lançamento da consulta pública sobre a nova configuração do mercado da energia» \[COM\(2015\) 340 final\]](#)

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a [«Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Um novo quadro para os consumidores de energia» \[COM\(2015\) 339 final\]](#)

Proteção de Dados

Síntese do Parecer da Autoridade Europeia para a [Proteção de Dados sobre a difusão e utilização de tecnologias de vigilância intrusiva](#)

## COMISSÃO EUROPEIA

[Restabelecer a confiança nas transferências transatlânticas de dados através de sólidas garantias: Comissão Europeia apresenta Escudo de Privacidade UE-EUA](#)

A Comissão Europeia apresentou os textos jurídicos que criam o Escudo de Privacidade UE-EUA.

[Comissão lança consulta sobre o Registo de Transparência para recolher as opiniões das partes interessadas sobre um futuro sistema obrigatório para todas as instituições da EU](#)

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) de 12 semanas para recolher opiniões sobre o atual sistema de registo dos representantes de interesses que procuram influenciar os trabalhos das instituições da UE, bem como sobre a sua evolução futura para um sistema de registo obrigatório dos grupos de interesse, comum ao Parlamento Europeu, ao Conselho da União Europeia e à Comissão.

[Relatório intercalar da Comissão: Turquia avança na liberalização do regime de vistos](#)

A Comissão adotou o segundo relatório intercalar sobre os progressos da Turquia no cumprimento dos requisitos do roteiro de liberalização do regime de vistos, no qual se destacam os passos dados por aquele país desde o último relatório (outubro de 2014). Na [Cimeira UE-Turquia](#) de 29 de novembro passado, a Turquia comprometeu-se a acelerar a execução do roteiro, antecipando nomeadamente a aplicação das disposições do acordo de readmissão UE-Turquia, com vista à conclusão do processo de liberalização do regime de vistos até outubro de 2016, uma vez satisfeitos todos os critérios. O relatório saúda o superior empenho e determinação demonstrados pelas autoridades turcas.

[Restabelecer o espaço Schengen: a Comissão propõe um roteiro para o regresso a um funcionamento integral do sistema Schengen](#)

A Comissão apresentou um roteiro pormenorizado das medidas concretas que devem ser tomadas para restabelecer a ordem na gestão das fronteiras externas e internas da UE. A criação do espaço Schengen sem fronteiras internas trouxe importantes benefícios para os cidadãos e para as empresas da União, embora nos últimos meses o sistema tenha sido posto a uma rude prova pela crise dos refugiados. O Conselho Europeu de 18 e 19 de fevereiro fixou o mandato claro de restabelecer o normal funcionamento do espaço Schengen, fazendo-o de uma forma concertada e prestando em simultâneo o seu total apoio aos Estados-Membros confrontados com circunstâncias difíceis.

### Consulta pública

Financeiro

[Consulta pública sobre a revisão do Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral da UE](#)  
04.03.2016 – 27.05.2016

Investigação, Inovação e Competitividade na UE

[Consulta pública sobre o desenvolvimento da estratégia integrada e compreensiva para a Investigação, Inovação e Competitividade na União da Energia](#)  
04.03.2016 – 31.05.2016

Transparência - organizações e trabalhadores independentes que participam na elaboração e aplicação das políticas da EU

[Consulta pública sobre uma proposta relativa a um registo de transparência obrigatório](#)  
01.03.2016 – 01.06.2016



## CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Mercado Único

[Conclusões do Conselho sobre a Estratégia para o Mercado Único](#)

Em 29 de fevereiro de 2016, o Conselho adotou conclusões sobre a Estratégia para o Mercado Único.

## PARLAMENTO EUROPEU

[Do laboratório para a estrada: assegurar testes de emissões de automóveis mais fiáveis](#)

A poluição atmosférica provoca mais de 400 mil mortes prematuras por ano na Europa. Os automóveis, especialmente os veículos a *diesel*, são uma das principais fontes de óxidos de azoto (NOx). As normas da UE fixam limites às emissões dos automóveis e aos respetivos testes de medição. Mas estudos revelam que as emissões na estrada são várias vezes superiores às emissões medidas em laboratório. Os eurodeputados querem testes de medição que espelhem as condições de condução reais.

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 3 DE MARÇO DE 2016

O Conselho de Ministros reuniu e aprovou um conjunto de medidas e ações relacionadas com os assuntos do Mar, onde se prevê a implementação de uma estratégia transversal que materialize esse compromisso.

Neste sentido, o Conselho de Ministros refletiu sobre uma estratégia integrada que responda aos três principais desafios com que a aposta do mar se depara: o desafio da soberania; o desafio do conhecimento e o desafio da economia do mar.

[Comunicado na íntegra](#)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2015-2012*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009*

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos  
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011*